

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

BRASIL DA SUPEREXPLORAÇÃO: A JORNADA LEGAL SÓ EXISTE NO PAPEL

Embora a legislação brasileira estabeleça uma jornada máxima de 44 horas semanais, a realidade de milhões de trabalhadores é marcada por jornadas muito mais longas. Horas extras frequentes, escalas exaustivas, banco de horas, informalidade e o trabalho em plataformas digitais fazem com que grande parte da classe trabalhadora ultrapasse os limites legais, muitas vezes sob pressão econômica e sem condições reais de recusar a sobrecarga. Entre entregadores e motoristas por aplicativo, jornadas superiores a 60 horas semanais são comuns, evidenciando a precarização das relações de trabalho.

Além das horas oficialmente trabalhadas, o longo tempo de deslocamento amplia a jornada real, consumindo horas que deixam de ser destinadas ao descanso, ao convívio familiar, ao estudo e ao lazer. Desde a Reforma Trabalhista de 2017, o tempo de transporte deixou de ser contabilizado como jornada na maior parte das situações, aprofundando esse problema. Diante desse cenário, o debate sobre a redução da jornada e o fim da escala 6x1 ultrapassa a esfera legislativa e se relaciona à necessidade de fortalecer a organização coletiva dos trabalhadores para garantir condições de trabalho e de vida efetivamente dignas. **pág 5**



Foto: Jornal O Futuro

2 DE JULHO: A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA SÓ SE DARÁ COM A REVOLUÇÃO SOCIALISTA! **pág 10**

MAIORIDADE PENAL: A quem serve a proposta de redução da maioridade penal que reaparece ciclicamente no debate político brasileiro? pág 7	EDUCAÇÃO EM GREVE: Trabalhadores da educação de São Paulo em luta contra as políticas econômicas neoliberais pág 8	OPOSIÇÃO BANCÁRIA: Oposições organizam campanha salarial e fortalecem mobilização nacional. pág 8	PRÉVIAS ELEITORAIS: Segurança pública ganha centralidade na disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro. pág 2
---	---	--	---

Editorial

Pela Reconstrução Revolucionária do Movimento Comunista no Brasil!

No meio do ano traçado pelas disputas das eleições burguesas, os ataques à classe trabalhadora seguem avançando em diversas frentes. Enquanto o empresariado e seus representantes procuram aprofundar a exploração do trabalho, governos mantêm políticas de ajuste fiscal, privatização e retirada de direitos por meio de um processo contínuo de desregulamentação do trabalho. Em resposta, trabalhadores, mulheres, estudantes e servidores públicos seguem construindo importantes mobilizações no Brasil e no mundo. Nesse cenário, a construção de um Partido que esteja à altura das tarefas imediatas e futuras da classe trabalhadora segue sendo nossa tarefa fundamental, reforçando nosso princípio de aprofundamento da Reconstrução Revolucionária do Partido Comunista.

Desde o final de 2024, o PCBR e a UJC estiveram presentes em todas as etapas da luta pela redução da jornada de trabalho. A aprovação da PEC pelo fim da escala 6x1 representa uma importante vitória da classe trabalhadora, mas sua efetivação permanece em disputa. Ao mesmo tempo, a realidade das trabalhadoras e trabalhadores é outra: milhões de trabalhadores continuam submetidos a jornadas que ultrapassam, na prática, as 44 horas semanais, entre banco de horas, longos deslocamentos e a informalidade. Mais que nunca, na reta final dessa luta, agora é a hora de reforçarmos a bandeira que levanta a necessidade das 30h semanais, numa jornada 4x3.

Também se intensificam os ataques aos serviços públicos. A retomada da Reforma Administrativa busca desmontar o Estado para ampliar os espaços de lucro do setor privado, enquanto greves, como a dos trabalhadores da educação municipal de São Paulo, demonstram que a resistência às políticas neoliberais de gestão continua sendo uma necessidade imediata. O mesmo se expressa na organização da campanha salarial da categoria dos bancários, diante da crescente exploração promovida pelo sistema financeiro.

Ao lado da retirada de direitos, fortalece-se o avanço da repressão estatal: a retomada da redução da maioria penal e a expansão das escolas cívico-militares revelam a tentativa de responder às contradições sociais por meio da criminalização da juventude e da militarização da educação, em que ambas servem como forma central de controle da força de trabalho, seja por meio de coerção e violência, seja por meio da vigilância e monitoramento.

Como força auxiliar do proletariado, a organização dos estudantes revolucionários nos locais de estudo demonstram a crescente disposição do movimento estudantil em construir oposição à maioria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e às políticas de conciliação de classes. Os resultados dos processos eleitorais da disputa das entidades estudantis é a expressão da força dos estudantes no auxílio às lutas gerais da classe trabalhadora.

Importantes datas históricas surgem como um chamado à luta e um reforço à memória. O 2 de Julho, na Bahia, que celebra a verdadeira independência do Brasil, e o 25 de Julho, Dia Internacional das Mulheres Negras Latinoamericanas e Caribenhas, nos lembram que a verdadeira independência só se dará com o socialismo e que a emancipação de um povo será sempre fruto da sua capacidade de organização para as lutas.

Em diferentes países, assim como no Brasil, essas inúmeras formas de luta e mobilização demonstram que somente a organização independente da classe trabalhadora poderá enfrentar a ofensiva do capital.

Internacional

Nas prévias eleitorais, Lula e Flávio Bolsonaro disputam a narrativa de combate ao crime organizado

Enquanto Flávio Bolsonaro articula com Donald Trump nos EUA, Lula fecha parceria com centrão e direita em uma postura reacionária para supostamente enfrentar as facções.



Hugo Motta, Lula, Alckmin e Wellington César no lançamento do programa do governo federal contra o crime organizado. Foto: SEAUD/PR

Por Filgueira

Em abril, autoridades do governo dos Estados Unidos informaram ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que tinham a intenção de enquadrar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Em 29 de maio, depois de uma reunião com o senador e candidato à presidência do Brasil, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a administração de Donald Trump confirmou a medida. Essa decisão, porém, não acontece de forma pontual, desde o começo do mandato de Trump, o governo norte-americano vem dando repetidos indícios de que pretende adotar essa classificação.

De acordo com Washington, o enquadramento seria necessário porque tais organizações representam riscos à estabilidade regional, devido à sua ligação com o narcotráfico, a violência e o crime que atravessa fronteiras. Atribuir o rótulo de “terroristas” a facções criminosas, como se planeja fazer com PCC e CV, fornece a Washington um pretexto tanto jurídico quanto político para aplicar sanções e expandir mecanismos de intervenção, usando como justificativa o combate ao terrorismo, o que é uma prática histórica para intervenções em diversos países da África, Ásia e América Latina (como recentemente fez na Venezuela, semanas antes do sequestro contra o então presidente Nicolás Maduro).

No caso brasileiro, o anúncio ocorreu dias antes de mais ofensivas por parte do governo Trump, que voltou a atacar o PIX, anunciou novas sanções às exportações brasileiras e criticou decisões do STF. O senador Flávio Bolsonaro endossou as acusações estadunidenses para tentar desgastar o governo Lula: “É a maior oportunidade que nós temos de acabar com esse poder paralelo, que é o que eles são. Então não tem que ter tolerância, tem que ter unidade da nossa parte. Aí você olha para o presidente do Brasil e ele pensa o contrário, parece que ele é o chefe do PCC”.

Acontece que, na realidade, a política do governo federal para a segurança pública é tão reacionária quanto a proposta pela família Bolsonaro que possuem relações estreitas com as milícias que atuam no Rio de Janeiro. Sob a austeridade do arcabouço

fiscal, que enfraquece o setor primário (educação, saúde, esporte, cultura etc.) e com cortes em políticas de transferência direta de renda como BPC e Bolsa Família, Lula sancionou o chamado “PL antifacção”, que vinha sendo pautado desde 2025 como mote principal dos presidentiáveis para a campanha eleitoral de 2026 no que tange o tema de “segurança pública”.

Em suma, os governistas acataram a estratégia de fortalecimento das “guerras às drogas”, que justifica chacinas em favelas e aumento de gastos em operações policiais, ampliação da militarização das forças de segurança, endurecimento de penas e aumento do encarceramento, o que impacta singularmente a juventude negra e periférica. Recentemente, Lula se vangloriou ao anunciar o fim do auxílio-reclusão, um salário mínimo concedido à família de baixa renda do preso que tenha contribuído ao menos 24 meses ao INSS, entre outras regras.

Não suficiente, mesmo Lula mantendo acordos militares com os EUA para treinamentos em terras brasileiras, criando projetos de privatização que favorecem o mercado estrangeiro (tanto estadunidense-europeu, quanto chinês), disponibilizando terras raras para os monopólios internacionais, etc, a posição ofensiva dos EUA se mantém para pressionar o governo brasileiro por ainda mais concessões e dá o tom da campanha do presidentiável pelo Partido Liberal, Flávio Bolsonaro, de buscar cada vez mais apoio e pressão externa dos EUA. Com essa postura, o governo federal investiu em propagandas mostrando a relação das facções com sistema bancário na Faria Lima, postos de gasolina, plataformas de apostas e divulgou as recentes medidas adotadas pelo governo.

Essa disputa de quem possui uma melhor narrativa sobre segurança pública, sem apresentar, de fato, um projeto político que atenda às necessidades da população, mostra a convergência programática dos setores da social-democracia e reacionários e escancara que no balcão da democracia burguesa não há alternativa concreta para a classe trabalhadora que tem sempre de avaliar “o menos pior” e não aquele projeto que realmente lhe representa.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Cultura e Movimentos Sociais

A memória e a luta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas contra o imperialismo e a exploração

Há mais de três décadas, mulheres negras da América Latina e do Caribe transformam o 25 de julho em um marco de luta e organização

Por Stella

O dia 25 de julho marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, uma data construída a partir da organização e da luta das próprias mulheres trabalhadoras do continente. Esse processo assumiu características próprias, marcadas pela realidade de um continente moldado pela colonização, pela escravização e pelo processo de aprofundamento da dependência na cadeia imperialista global. Nesse contexto, mulheres negras, indígenas, quilombolas e camponesas passaram a ocupar um papel central nas mobilizações operárias, populares, estudantis e de resistência, evidenciando que a exploração de classe se articula com as opressões de raça e de gênero. Em 1992, mais de 300 representantes de 32 países participaram, em Santo Domingo, na República Dominicana, do I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Do encontro nasceu a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora, organização que passou a articular internacionalmente a luta contra o racismo, o patriarcado e a exploração capitalista. As participantes denunciaram que as mulheres negras seguem concentrando os piores indicadores sociais da região, recebendo os menores salários, enfrentando maiores índices de violência e ocupando os postos de trabalho mais precarizados, ao mesmo tempo em que desempenham papel decisivo nas lutas econômicas e sociais em defesa da terra, dos direitos das mulheres e contra a violência de Estado.

No Brasil, essa trajetória de resistência possui raízes profundas. Ainda no século XVIII, Tereza de Benguela liderou o Quilombo do Quariterê, no atual estado de Mato Grosso, organizando uma estrutura política e militar capaz de resistir durante décadas às investidas da colonização portuguesa. Sua experiência tornou-se um dos principais símbolos da resistência negra e da participação das mulheres na construção de formas coletivas de organização e enfrentamento à opressão, legado que permanece presente nas lutas das mulheres trabalhadoras latino-americanas até os dias atuais.

Essa data também serve como um exercício de memória permanente tanto sobre mulheres que organizaram os movimentos abolicionistas que resistiram à colonização e à escravização, quanto mulheres que hastearam em primeiro lugar a bandeira do socialismo em seus países e organizaram lutas contra o

imperialismo e a exploração capitalista. Muitas dessas mulheres participaram da construção de jornais proletários e de importantes lutas econômicas e políticas, mesmo não tendo o reconhecimento de suas contribuições por conta das condições de organização clandestinas das lutas de suas épocas. Ainda assim, muitas mulheres permanecem como inspirações em círculos restritos do movimento comunista brasileiro e latino-americano, superando a invisibilidade imposta às suas histórias.

A formação social e histórica do continente latino-americano é parte fundante da luta travada por essas mulheres. A colonização europeia significou a completa destruição dos povos da África e América Latina em nome da apropriação de terras e riquezas por meio do trabalho escravizado e da destruição cultural. As mulheres indígenas e africanas que foram escravizadas sofriam com a exploração econômica e com o estupro como instrumento de dominação patriarcal – que posteriormente foi narrado pela historiografia burguesa como parte de um processo de miscigenação.

A manutenção do modelo de exportação de matérias-primas, a subordinação financeira, a presença de empresas transnacionais e a constante interferência dos países imperialistas no interior dos assuntos nacionais demonstram que o imperialismo segue firme em seu projeto mesmo após a independência dos países, nos séculos XIX e XX.

Desde a colonização até os dias atuais, as mulheres negras trabalhadoras foram diretamente afetadas, ocupando os postos mais precarizados do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que eram responsabilizadas pelas tarefas domésticas. Quando os governos aplicam políticas de austeridade para garantir o pagamento da dívida pública e os lucros do capital financeiro, são as mulheres que sentem primeiro os cortes na saúde, na educação, na assistência social e nos serviços públicos.

Por isso, a luta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas não pode ser reduzida a uma disputa por espaços individuais de poder ou representatividade. A emancipação feminina exige enfrentar as estruturas econômicas que exploram a força de trabalho por meio da dominação de classe. As posições dos países da América Latina dentro da divisão internacional do trabalho se mantêm a partir da superexploração do trabalho, que encontra na opressão das mulheres, de raça e classe, um meca-

nismo fundamental para ampliar os lucros da burguesia internacional.

Ainda que a divisão sexual do trabalho seja um mecanismo fundamental para a ampliação dos lucros e que mulheres tenham tido, historicamente, seu desenvolvimento social ceifado por conta dessa condição, foi justamente na elevação da consciência que inúmeras delas, impulsionadas a desempenharem papéis decisivos nas lutas da América Latina, construíram tantas experiências de luta e resistência. As mulheres organizaram greves, construíram sindicatos e associações de bairro, travaram as lutas em movimentos camponeses, escreveram e difundiram ideias socialistas por meio da imprensa proletária e constituíram parte substancial também nas lutas armadas, seja nas batalhas contra as oligarquias locais, seja nas intervenções imperialistas.

As mulheres negras tiveram papel especialmente importante nesse processo. Herdeiras de séculos de resistência ao sistema econômico colonial e escravocrata e suas estruturas de dominação, estiveram presentes em quilombos, revoltas populares, sindicatos e organizações políticas. A memória de figuras como Tereza de Benguela, líder do Quilombo do Quariterê, simboliza uma tradição de luta que atravessa séculos e permanece viva nas batalhas atuais contra a exploração capitalista, a opressão racial e a violência do Estado por meio do aparato repressivo das polícias e do sistema judicial penal.

Na América Central e no Caribe, mulheres comunistas estiveram na linha de frente das lutas contra ditaduras apoiadas pelos EUA. Em Cuba, as revolucionárias tiveram papel fundamental na derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista e na construção das transformações sociais inauguradas pela Revolução Cubana em 1959. A criação da Federação de Mulheres Cubanas, impulsionada por Vilma Espín, tornou-se uma referência internacional na luta pela participação política feminina, pela educação e pela incorporação das mulheres na esfera pública da produção.

Na Nicarágua, mulheres negras e latino-americanas revolucionárias participaram da luta contra a ditadura somozista, integrando a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Em El Salvador e na Guatemala, estiveram presentes nos movimentos de resistência popular e nas organizações guerrilheiras que enfrentaram regimes responsáveis por massacres e perseguições políticas. Na América do Sul, revolucionárias combateram as di-

taduras militares que assolaram o continente durante o século XX. No Brasil, muitas mulheres foram presas, torturadas e assassinadas por enfrentarem o regime empresarial-militar. No Chile, na Argentina e no Uruguai, a resistência feminina foi fundamental para denunciar desaparecimentos, exigir justiça e manter viva a luta, mesmo que isso significasse, para muitas, a tortura e violação de seus corpos.

O Haiti é um exemplo que ocupa um lugar singular na história das lutas dos povos oprimidos e das mulheres trabalhadoras da América Latina e do Caribe. Foi ali que ocorreu a única revolução de escravizados vitoriosa da história moderna, culminando na independência de 1804 e na imposição de uma derrota sem precedentes ao imperialismo e ao colonialismo. A vingança imperialista veio em formato de resposta recorrente: a França impôs uma dívida extorsiva que drenou por mais de um século as riquezas nacionais, enquanto os Estados Unidos realizaram sucessivas intervenções militares, ocupações e ingerências políticas destinadas a impedir que o exemplo haitiano inspirasse outros povos submetidos à dominação colonial. Nesse sentido, em anos recentes destaca-se a intervenção militar levada à cabo pela MINUSTAH, missão iniciada em 2004, liderada militarmente pelo Brasil e concebida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse contexto de dependência econômica, destruição das estruturas produtivas e constante intervenção estrangeira, as mulheres haitianas assumiram papel central na sobrevivência e na resistência popular do povo haitiano, lutando contra duras condições de vida que aprofundam a violência de gênero. São elas que sustentam grande parte da economia informal, organizam redes comunitárias, participam de movimentos camponeses, sindicatos e organizações populares, além de estarem na linha de frente da luta contra a violência, a fome e a ocupação estrangeira.

A luta de todas essas mulheres está diretamente conectada à defesa de uma soberania nacional, da autodeterminação dos povos e da libertação das massas exploradas. Retomar e manter viva a história das mulheres negras latino-americanas e caribenhas significa assumir a tarefa de continuar a luta por uma América Latina e um Caribe livres da exploração capitalista, da dominação imperialista e de todas as formas de opressão que recaem sobre as mulheres trabalhadoras.

Economia

Fim da escala 6x1: uma vitória da classe trabalhadora em disputa

A redução da jornada reafirma uma das principais lições da história do movimento operário: direitos sociais não são dádivas concedidas de cima para baixo, mas resultados concretos da luta.



1º de Maio em Curitiba (PR). Foto: Franthesco Fioravanzo/Jornal O Futuro

A luta pela redução da jornada sempre foi um pauta ligada ao movimento operário. A disputa em torno do tempo de trabalho expressa um dos conflitos mais fundamentais entre capital e trabalho: de um lado, a busca patronal pela ampliação da exploração da força de trabalho; de outro, a reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida e dignidade.

A reivindicação avançou internacionalmente com a luta pela jornada de oito horas. O marco mais conhecido ocorreu em Chicago, em 1886, quando uma greve geral foi violentamente reprimida, transformando-se em símbolo mundial da luta operária. A partir daí, a bandeira das “oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas para a vida pessoal” tornou-se uma pauta central do movimento dos trabalhadores em diversos países. No Brasil, a defesa da jornada de oito horas já aparecia no final do século XIX e ganhou força com as greves operárias das primeiras décadas do século XX, especialmente após a Greve Geral de 1917. A conquista foi consolidada na legislação trabalhista durante a década de 1930, integrando um conjunto mais amplo de direitos sociais.

Apesar dos avanços tecnológicos e do aumento da produtividade ao longo do século XX, novas reduções da jornada de trabalho foram raras. Em contrapartida, o crescimento da automação e da produtividade conviveu com desemprego, precarização e intensificação do trabalho. Nesse contexto, reivindicações contemporâneas como o fim da escala 6x1, a adoção da escala 4x3 e a redução da jornada semanal voltam a ganhar destaque entre trabalhadores e movimentos sociais no

cenário político brasileiro a partir das eleições presidenciais de 2022. Na ocasião, o PCB incorporou a redução da jornada de trabalho como uma de suas principais propostas programáticas na campanha de Sofia Manzano, destacando-se como uma das primeiras organizações políticas, sobretudo dentro da esquerda brasileira, a inserir de forma central, no âmbito da política institucional, a discussão sobre a diminuição da jornada sem redução salarial.

Já em 2023, a pauta alcançou maior destaque quando o então balconista de farmácia e atualmente vereador da cidade do Rio de Janeiro, Rick Azevedo (PSOL-RJ), publicou um vídeo na plataforma TikTok relatando as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora submetida à escala de trabalho 6x1. Em seu depoimento, destacou a falta de tempo para estudar, usufruir de momentos de lazer e conviver com a família, evidenciando os impactos dessa jornada sobre a reprodução da vida dos trabalhadores. O vídeo rapidamente viralizou, justamente por expressar uma realidade compartilhada por milhões de pessoas, transformando uma experiência individual em um problema coletivo e socialmente reconhecido. A ampla repercussão da publicação contribuiu para impulsionar o debate público acerca da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, fortalecendo mobilizações de trabalhadores e organizações sociais em torno da pauta.

A amplitude alcançada pela campanha pelo fim da escala 6x1 também contribuiu para evidenciar que os impactos da intensificação do trabalho não recaem de maneira homogênea sobre a classe trabalhadora. Embora a redução da jornada

apareça como uma reivindicação geral dos trabalhadores, seus efeitos assumem contornos específicos quando analisados sob a perspectiva das relações de gênero.

Na luta pela redução da jornada de trabalho, o PCBR buscou intervir nas mobilizações em curso por meio de sua militância, de seu trabalho de agitação e propaganda e da defesa de uma orientação política marxista-leninista para o movimento. Nesse processo, o Jornal O Futuro desempenhou um papel importante ao sistematizar e divulgar denúncias e relatos de trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas e a constantes violações de direitos trabalhistas.

As reportagens produzidas sobre a Rede Confiança de Supermercados, em Sorocaba, e sobre a Companhia Zaffari, no Rio Grande do Sul, expuseram condições de trabalho marcadas por escalas abusivas, assédio moral, adoecimento mental, desvio de função e intensificação da exploração da força de trabalho, atingindo inclusive trabalhadores adolescentes.

Entretanto, à medida que a pauta da redução da jornada ganhou centralidade no debate público, ela passou a ser objeto de intensa disputa político-eleitoral. A mobilização em torno do fim da escala 6x1, construída historicamente por sindicatos, movimentos sociais e organizações de trabalhadores, foi progressivamente incorporada às estratégias de diferentes forças políticas, que buscaram capitalizar eleitoralmente o amplo apoio popular à medida. Nesse processo, tanto setores da esquerda institucional, particularmente vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT),

quanto lideranças da direita e da extrema direita passaram a disputar a narrativa em torno da proposta, frequentemente deslocando o protagonismo das organizações que originalmente impulsionaram a reivindicação.

A controvérsia em torno da tramitação da PEC revelou essa dinâmica de forma particularmente expressiva. A reação de importantes lideranças bolsonaristas ao avanço da proposta expôs uma contradição entre o discurso de defesa do “povo trabalhador” e a resistência a uma medida amplamente apoiada pela própria base social da direita. Ao mesmo tempo, a aprovação da proposta foi rapidamente incorporada à disputa eleitoral, transformando-se em um instrumento de reposicionamento político tanto para o governo quanto para a oposição. A luta pela redução da jornada de trabalho evidencia como demandas vindas dos conflitos sociais podem ser absorvidas e ressignificadas pelas instituições políticas, transformando-se em ativos estratégicos na competição eleitoral.

A atual conquista em torno da redução da jornada de trabalho não deve ser compreendida como uma concessão espontânea do Estado ou das forças políticas institucionais, mas como resultado de um longo processo histórico de organização e mobilização da classe trabalhadora. Desde as lutas pela jornada de oito horas, no século XIX, até os debates contemporâneos sobre o fim da escala 6x1, a diminuição do tempo de trabalho sempre esteve vinculada à resistência dos trabalhadores contra a ampliação da exploração e à disputa pelo controle do próprio tempo de vida.

Ao mesmo tempo, os limites da medida atualmente aprovada evidenciam que a luta permanece em aberto. Embora represente um avanço nas condições de trabalho e reprodução social, a redução da jornada não altera, por si só, os fundamentos das relações capitalistas de produção nem elimina as formas contemporâneas de exploração do trabalho. Em sociedades marcadas pela dependência, pela precarização e pela crescente intensificação dos ritmos produtivos, a diminuição da jornada tende a ser acompanhada por novas estratégias de extração de valor, exigindo a continuidade da organização coletiva dos trabalhadores.

Desse modo, o significado histórico da presente conquista não reside apenas em seus efeitos imediatos sobre as condições de trabalho, mas também na demonstração de que transformações sociais relevantes continuam sendo impulsionadas pela ação coletiva da classe trabalhadora. A redução da jornada reafirma, assim, uma das principais lições da história do movimento operário: direitos sociais não são dádivas concedidas de cima para baixo, mas resultados concretos da luta de classes e da capacidade dos trabalhadores de impor limites à lógica de acumulação do capital.

Economia

Entre banco de horas, trânsito e informalidade, jornada de trabalho do brasileiro supera 44h

Quando se fala em jornada de trabalho no Brasil, a legislação parece estabelecer limites claros. A Constituição Federal de 1988 e a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) determinam jornada regular de 8 horas diárias (com exceções de até 9 horas) e 44 horas semanais, permitindo no máximo duas horas extras por dia, que devem ser remuneradas ou compensadas por meio de banco de horas. Na teoria, esses mecanismos deveriam proteger a saúde, o descanso e a qualidade de vida dos trabalhadores. Na prática, porém, a realidade é bastante diferente.

Os dados da pesquisa da Conquer Business School mostram que a extensão da jornada se tornou parte da rotina de milhões de brasileiros. A recente pesquisa aponta que 76,6% dos trabalhadores realizam horas extras todos os meses, enquanto outro levantamento, realizado pela empresa de seguros Maxis GBN, indica que os brasileiros trabalham, em média, 18 horas extras mensais. O que deveria ser uma medida excepcional aparece cada vez mais como uma exigência permanente para cumprir metas, lidar com sobrecarga de tarefas ou simplesmente garantir renda suficiente para sobreviver.

Assim, a existência formal de limites legais não elimina a desigualdade presente na relação entre patrões e empregados. Embora a legislação preveja pagamento adicional ou compensação das horas excedentes, a possibilidade de recusar jornadas prolongadas é frequentemente limitada pelo medo do desemprego, pela pressão das chefias ou pela fragilidade das negociações individuais. O chamado “acordo” entre trabalhador e empregador ocorre, muitas vezes, em condições marcadas por forte desequilíbrio de poder.

Em diversos setores, as horas extras ainda se somam a escalas que já são desgastantes por si mesmas. Regimes como o 12x36, jornadas noturnas e períodos prolongados de disponibilidade ampliam os impactos físicos e psicológicos do trabalho, reduzindo o tempo destinado ao descanso, ao convívio familiar e à recuperação da saúde.

A situação torna-se ainda mais grave entre trabalhadores informais e aqueles vinculados às plataformas digitais. Sem proteção efetiva da legislação trabalhista,



Foto: Ana Vieira/Jornal O Futuro

muitos entregadores e motoristas dependem diretamente do tempo conectado para garantir sua renda. Entre a categoria dos entregadores, mais de 40% trabalham acima de 60 horas semanais e que mais de 20% ultrapassam 80 horas por semana. Para aqueles que dependem exclusivamente dos aplicativos, mais da metade trabalha acima das 60 horas semanais, enquanto a maioria não possui sequer um dia de descanso durante a semana.

Transporte para o trabalho é um obstáculo diário

A discussão não pode se limitar às horas registradas no contrato ou no relógio de ponto. Para milhões de trabalhadores brasileiros, a jornada real começa muito antes da entrada no trabalho e termina muito depois da saída. O tempo gasto diariamente em deslocamentos longos e exaustivos consome horas que, embora não sejam consideradas como tempo de trabalho pela legislação na maior parte dos casos, reduzem significativamente o tempo disponível para descanso, lazer, convívio familiar, estudo e participação política.

A legislação trabalhista brasileira, de modo geral, não considera o tempo de deslocamento como parte da jornada. Desde a Reforma Trabalhista de 2017, o chamado “tempo in itinere” deixou de ser

contabilizado mesmo em diversas situações em que o trabalhador depende de transporte fornecido pela empresa. Na prática, isso significa que horas gastas em ônibus lotados, trens superlotados, congestionamentos ou longos percursos entre periferias e centros urbanos não são remuneradas nem contabilizadas para fins de limite da jornada.

Essa situação torna-se particularmente grave em um contexto marcado pela expansão das cidades, pela elevação dos custos de moradia nas regiões centrais e pela precarização dos sistemas de transporte coletivo. Cada vez mais trabalhadores são empurrados para bairros periféricos, distantes dos locais onde se concentram os empregos, sendo obrigados a percorrer trajetos extensos todos os dias. Em muitas regiões metropolitanas, deslocamentos de uma hora e meia ou duas horas em cada sentido são comuns.

Assim, um trabalhador submetido a uma jornada formal de oito horas pode dedicar doze ou até treze horas do seu dia às exigências do trabalho quando se considera o tempo total gasto para chegar ao emprego e retornar para casa. Em muitos casos, trabalhadores saem de casa antes do amanhecer e retornam apenas à noite, restando poucas horas para qualquer atividade que não seja a recuperação física para o próximo dia de trabalho.

Os efeitos desse processo vão muito além do cansaço físico. Há estudos que associam longos deslocamentos a maiores níveis de estresse, piora da saúde mental, redução da qualidade do sono e aumento da incidência de doenças relacionadas à exaustão. O tempo consumido no transporte também limita o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, à cultura, ao lazer e à convivência familiar.

Portanto, a luta pela redução da jornada está diretamente relacionada a outras reivindicações sociais, como a melhoria do transporte público, o planejamento urbano, a ampliação da oferta de moradia próxima aos centros de emprego e a reversão de medidas que retiraram proteções trabalhistas. Afinal, o tempo gasto para chegar ao trabalho também é tempo retirado da vida do trabalhador, ainda que não apareça nos registros oficiais.

Essa distância entre o direito formal e as condições concretas de trabalho não é um fenômeno novo. E sua aplicação sempre dependeu da capacidade dos próprios trabalhadores de exigir seu cumprimento. Sem pressão social e organização coletiva, mesmo direitos já consolidados podem ser descumpridos, flexibilizados ou esvaziados na prática.

A experiência histórica demonstra que avanços nas condições de trabalho raramente foram concedidos espontaneamente. Eles foram conquistados por meio da ação coletiva dos trabalhadores e preservados pela continuidade dessa organização. Por isso, a luta pela redução da jornada, pelo fim da escala 6x1 e pela ampliação do tempo livre está ligada não apenas à criação de novos direitos, mas também à construção da força social necessária para fazer com que esses direitos se tornem realidade.

Nesse sentido, o debate sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 não pode ser entendido apenas como uma discussão legislativa. A aprovação de novas regras representa apenas uma etapa de uma disputa mais ampla sobre as condições concretas de trabalho. Afinal, se ainda hoje milhões de trabalhadores enfrentam jornadas reais que ultrapassam os limites previstos em lei, a conquista de novos direitos não dependerá apenas de sua formalização jurídica.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Juventude

União da Juventude Comunista participa dos processos eleitorais de DCE em todo o país

Entre os meses de maio e junho de 2026, a União da Juventude Comunista (UJC), juventude do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), participou de oito processos eleitorais para os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) de diferentes universidades pelo país. Os DCEs são as principais entidades de organização, representação e mobilização dos estudantes de cada universidade. A UJC participou dessas disputas em diferentes localidades, sendo vitoriosa em cinco delas e construindo, junto às bases estudantis, um programa de luta por uma Universidade Popular, em defesa de um Movimento Estudantil independente de governos e reitorias e combativo a todas as medidas neoliberais que hoje expressam o programa burguês para a educação.

Em cada processo, denunciávamos o avanço da privatização e da terceirização, a falta de servidores efetivos — professores e técnicos-administrativos em educação (TAEs) —, a precariedade da infraestrutura universitária, desde salas de aula e laboratórios até elementos básicos, como o acesso à água, e a ausência de políticas efetivas de permanência estudantil. Esses problemas são expressões da política de austeridade fiscal representada, no plano federal, pelo Novo Arca-bouço Fiscal, que impede o investimento necessário e tem promovido sucessivos cortes no orçamento das instituições de ensino superior, incidindo de forma ainda mais intensa sobre a juventude proletarizada, que depende das políticas de permanência para se manter estudando.

Defendemos, conforme as Resoluções do XVII Congresso Extraordinário do PCB-RR, a disputa das entidades estudantis como principal meio de construção da hegemonia política nesse setor, contribuindo para a organização e mobilização dos estudantes em um sentido auxiliar às lutas gerais do proletariado.

Ao mesmo tempo, buscamos construir alianças táticas locais junto aos estudantes independentes que desejam lutar por melhores condições de vida, estudo e trabalho e junto aos estudantes organizados nas forças que compõem, nacionalmente, o campo de Oposição na União Nacional dos Estudantes (UNE), formado principalmente pela UJC, pela Correnteza/UP, Juntos/PSOL, Rebeldia/PSTU e PCB. Essas alianças se deram em disputas contra chapas do campo majoritário da UNE, cuja linha política e programa para o Movimento Estudantil se restringem aos limites do social-liberalismo, atuando como forças auxiliares do governo e contribuindo para rebaixar o horizonte político do movimento.



Militância da UJC durante campanha para eleição do DCE da UFC. Foto: Jornal O Futuro



Gestão "Linha de Frente" após CEB de posse. Foto: DCE UFMG

Compreendemos que é negativa, para o desenvolvimento de uma consciência proletária no meio estudantil, a atuação do campo majoritário da UNE. Por isso, não constituímos qualquer aliança com essas forças. Esse campo, que vai de organizações social-liberais, como PCdoB, PT e correntes governistas do PSOL, até organizações completamente liberais, como PDT e PSB, não defende o fim do Arca-bouço Fiscal e das políticas de austeridade, o fim do vestibular ou a estatização das faculdades privadas; não participou em apoio às greves de docentes e TAEs de 2024; apoia o Novo Ensino Médio e não construiu nenhuma jornada nacional de luta diante dos recentes cortes orçamentários. Trata-se de um cenário em que as entidades estudantis que dirigem estão longe de ser, de fato, independentes de governos e reitorias ou de corresponderem a uma atuação auxiliar às lutas do proletariado.

O único caso que destoou dessa política de alianças foi o do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual, por sectarismo, as forças do campo de Oposição na UNE se apresentaram de forma fragmentada em duas chapas. O resultado eleitoral foi a vitória do campo majoritário da UNE. Nos demais processos, o mesmo sectarismo se expressou na insignificância de chapas próprias construídas por fora das chapas da Oposição, como ocorreu na Universidade de Brasília

(UnB) e na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Outro caso destacado foi o processo eleitoral da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em conjunto com dezenas de Centros Acadêmicos, construímos um balanço das lutas estudantis da universidade e um programa de lutas específico, conseguindo reunir quase 400 apoiadores antes mesmo do início da campanha, sendo a organização com maior peso político no processo nesse aspecto. Isso expressa a compreensão da UJC acerca da disputa das entidades e dos processos eleitorais como meios, e não como fins em si mesmos, para construir, com capilaridade junto às bases, o programa de Universidade Popular.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que reativou seu Diretório Central dos Estudantes após anos de inatividade, também apresentou elementos importantes nesse pleito. Por um lado, refletiu o efeito desmobilizador que a ausência da entidade central impõe, produzindo um movimento fragmentado, com pouca experiência na organização de processos e dificuldades de mobilização nos diferentes campi. Por outro, demonstrou a disposição da base estudantil em reconstruir essa entidade e retomar sua atuação, o que saudamos, apesar da vitória do campo majoritário, como uma oportunidade para avançarmos na construção de trabalhos orgânicos junto aos estudantes amapaenses.

A vitória da UJC no Diretório

Central dos Estudantes da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), conquistada em uma chapa composta pela UJC e estudantes independentes, também expressa o enraizamento de nossa política junto às bases estudantis e a capacidade de construir referências de luta, mesmo em processos marcados por menor presença das forças tradicionais do movimento estudantil.

Os processos da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) demonstraram, por sua vez, a importância e a força do programa unitário da Oposição na UNE junto aos estudantes, sob as bandeiras de um DCE independente, que mobilize o movimento estudantil para auxiliar o proletariado em seus processos de luta e contrário a toda a política burguesa para a educação. Desses processos, fomos vitoriosos em todos, com exceção da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde, além de possuímos um trabalho ainda mais embrionário, as datas do processo eleitoral coincidiram com as eleições da UFC e o formato remoto da votação privilegiou formas de contato distintas do diálogo e do trabalho de campanha nas bases.

As vitórias conquistadas nesses processos eleitorais demonstram que há, entre amplos setores do movimento estudantil, uma disposição crescente para construir uma alternativa de oposição consequente ao campo majoritário da UNE e às políticas de conciliação de classes. Mais do que vitórias eleitorais, esses resultados expressam o fortalecimento de um programa político comprometido com a defesa da Universidade Popular, com a independência das entidades estudantis e com a construção de um movimento estudantil capaz de atuar como força auxiliar das lutas gerais da classe trabalhadora.

A UJC conquistou a direção dos DCEs da Universidade Federal do Ceará (4.572 votos), da Universidade Federal de Alagoas (1.588 votos), da Universidade Federal de Minas Gerais (2.158 votos) e da Universidade de Brasília (4.082 votos), além de vencer, ao lado de independentes, na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (461 votos). Embora tenha sido derrotada nas disputas da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade Federal do Amapá e da Universidade Federal da Bahia, os resultados evidenciam o crescimento da influência da UJC, projetando uma nova correlação de forças no movimento estudantil brasileiro, buscando retomar a luta por uma Universidade Popular de Norte à Sul do país.

Segurança Pública

A quem serve a redução da maioridade penal?

João Oliveira

A proposta de redução da maioridade penal reaparece ciclicamente no debate político brasileiro. Sempre que episódios de violência ganham grande repercussão na mídia ou quando se intensificam as crises sociais e a sensação de insegurança, setores conservadores da burguesia, parlamentares da direita e os grandes meios de comunicação retomam a defesa de medidas de endurecimento penal como suposta solução para os problemas da segurança pública no Brasil. Embora apresentada como resposta à criminalidade, a redução da maioridade penal ignora as causas estruturais da violência e aprofunda um processo sócio-histórico de criminalização da juventude trabalhadora, negra e periférica.

O debate não é novo. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos, diversas propostas de emenda constitucional buscaram alterar essa garantia. Em praticamente todos os momentos, tais iniciativas surgiram associadas a campanhas de pânico moral e à exploração política de crimes de grande repercussão. Nessa nova etapa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 10 de junho, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2015, que reduz a maioridade penal dos atuais 18 para 16 anos de idade. Passada mais de uma década desde a apresentação desta PEC, em vez de discutir a desigualdade social, o desemprego, a precarização das condições de vida e a ausência de políticas públicas para a juventude brasileira, os defensores da redução da maioridade penal direcionam a atenção para a ampliação dos mecanismos de punição.

A realidade do sistema prisional brasileiro demonstra quem são os principais alvos dessas políticas. A população encarcerada é composta majoritariamente por pessoas pobres, negras e com baixa escolaridade. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 indicam que, das pessoas privadas de liberdade, 94% são homens e 68,7% são negros. O mesmo perfil aparece entre as vítimas da violência estatal. Jovens negros moradores de periferias figuram simultaneamente entre os que mais morrem em decorrência da violência policial e entre os que mais sofrem com o encarceramento em massa. Das mais de 44 mil mortes violentas realizadas em 2025, 91,1% são homens, 79% são negros, 48,5% tinham até 29 anos e 57,6% ocorreram em vias públicas.

Esse cenário evidencia que o sistema penal brasileiro, assim como qualquer outra instituição do Estado burguês, não atua de forma neutra. Ele cumpre uma função de



Ilustração: Bia Leme

controle social direcionada principalmente contra os setores mais desprotegidos socialmente da classe trabalhadora brasileira, como é o caso dos jovens pobres e negros. Nesse sentido, a defesa da redução da maioridade penal não representa uma política de proteção da sociedade brasileira, mas a ampliação de um modelo de repressão que já produz resultados desastrosos. Só em 2025 foram mais de 6 mil pessoas mortas através de intervenções policiais, com as polícias do Amapá, da Bahia e do Pará sendo consideradas as mais letais do país.

O fortalecimento dessa lógica repressiva pode ser observado no crescimento da militarização da segurança pública brasileira e no aumento da letalidade policial. Em setembro de 2025, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a chamada Gratificação Faroeste, mecanismo que prevê bônus salariais para policiais envolvidos na morte de pessoas classificadas como criminosas - instituindo, na prática, a pena de morte no Rio de Janeiro. A experiência anterior dessa política, nos anos 1990, esteve associada ao aumento das execuções policiais e à expansão dos grupos de extermínio. Sua retomada demonstra como parcelas importantes do Estado continuam apostando na violência letal como instrumento de gestão das periferias.

A mesma lógica aparece em inúmeros episódios recentes de assassinatos cometidos por forças policiais. Em Salvador (BA), estado que possui a segunda polícia mais letal do país, os jovens Caíque dos Santos Reis, de 16 anos, e Matheus Daniel Chagas da Silva, de 21 anos, foram mortos por agentes da Polícia Militar da Bahia durante uma operação policial. Casos como esse não constituem exceções, mas expressam um padrão nacional de atuação que transforma bairros populares em territórios permanentes de guerra contra a população pobre.

A história das chacinas também revela a permanência dessa política. O massacre do Curió,

ocorrido em 2015 no Ceará, deixou onze mortos, a maioria jovens entre 16 e 19 anos. Dez anos depois, as famílias seguem enfrentando a lentidão judicial e a impunidade dos responsáveis. Da mesma forma, a recente decisão que determinou a retificação das certidões de óbito das vítimas da Chacina de Acari, reconhecendo oficialmente a responsabilidade estatal pelos desaparecimentos forçados, demonstra que a violência promovida por agentes do Estado não é um fenômeno recente, mas parte de uma longa trajetória de repressão dirigida às populações periféricas em todo o país.

Nesse contexto, a redução da maioridade penal aparece como complemento de um projeto mais amplo de fortalecimento do aparato repressivo do Estado burguês no Brasil. Enquanto se ampliam os poderes das forças policiais, aumentam os investimentos em armamentos e se expandem os mecanismos de encarceramento, permanecem sem resposta as demandas fundamentais da juventude brasileira por educação, saúde, cultura, esporte, lazer, emprego, moradia e acesso a direitos básicos.

Além disso, não existe uma evidência consistente de que o endurecimento penal reduza os índices de criminalidade. O Brasil já possui a 3ª maior população carcerária do mundo e, mesmo assim, convive com elevados índices de violência. O encarceramento em massa não elimina as causas so-

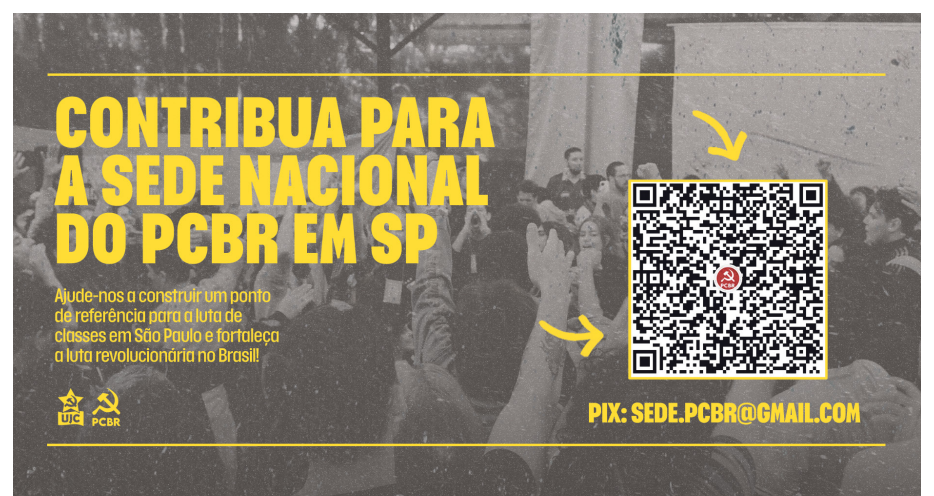
ciais da criminalidade, ao contrário, contribui para aprofundar ciclos de exclusão, dificulta a reinserção social e fortalece estruturas criminosas que operam dentro e fora dos presídios brasileiros.

Inclusive, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de pessoas que cometem crimes reincidentes é quase o dobro no sistema prisional (42,5%) do que no sistema socioeducativo (23,9%), que é destinado aos adolescentes entre 12 e 18 anos que cometeram algum ato infracional.

A insistência em medidas punitivas revela uma opção política. Diante das contradições produzidas por uma sociedade profundamente desigual - o Brasil se classifica enquanto o 5º país mais desigual de todo o mundo -, o Estado responde não com a ampliação de direitos sociais, mas com mais polícia, mais prisões e mais mecanismos de vigilância. A pobreza deixa de ser tratada como consequência de um sistema econômico excludente e passa a ser administrada exclusivamente como questão de segurança pública.

Por isso, o debate sobre a redução da maioridade penal não pode ser separado da luta contra o encarceramento em massa, contra a violência policial e contra a militarização da vida social. Defender a juventude trabalhadora significa combater as condições que produzem a exclusão social e rejeitar políticas que transformam adolescentes pobres em alvos preferenciais da repressão estatal.

A construção de uma alternativa exige a mobilização dos movimentos populares, das organizações de direitos humanos, das entidades estudantis e dos setores organizados da classe trabalhadora brasileira. Somente a luta por emprego, educação pública de qualidade, acesso à cultura, moradia digna e ampliação dos direitos sociais poderá enfrentar as raízes da violência no Brasil. A redução da maioridade penal não representa uma solução para a insegurança; representa, na prática, o aprofundamento de um modelo que criminaliza a pobreza, amplia o encarceramento e fortalece o caráter repressivo do Estado burguês no país.



Sindical

Greve do magistério municipal de São Paulo escancara urgência da luta contra as políticas econômicas neoliberais

Como resposta à política de arrocho fiscal da Prefeitura de São Paulo, trabalhadores da educação municipal realizaram greve denunciando os impactos do neoliberalismo sobre a escola pública.

Os profissionais da educação municipal de São Paulo realizaram uma importante greve entre o final de abril e o mês de maio deste ano. Após diversas tentativas de negociação sem respostas concretas por parte da prefeitura, os trabalhadores decidiram, em assembleia, pela paralisação das atividades. Foram mais de 15 dias de greve em grande parte das escolas municipais, acompanhados de fortes manifestações que tinham como objetivo pressionar a gestão de Ricardo Nunes (MDB) a atender às reivindicações apresentadas pelos sindicatos.

Entre as principais, estava a revogação dos ataques promovidos pela prefeitura por meio da Lei nº 18.221/24. Entre outras medidas, a legislação retira a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) dos professores readaptados ou afastados por licença médica por mais de 30 dias, gerando uma redução de aproximadamente 33% nos salários desses profissionais; altera as regras para a escolha dos blocos de aulas nas unidades escolares, ferindo o princípio da impessoalidade do funcionalismo público; possibilita intervenções nas escolas sem critérios claros e objetivos; e enfraquece a relação dos professores módulo com a comunidade escolar, uma vez que esses profissionais podem ser convocados pelas diretorias regionais, a qualquer momento do ano, para mudar de local de trabalho.

Os trabalhadores da educação municipal também denunciam a falta de investimentos na rede direta e o avanço das terceirizações e privatizações por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs); as dificuldades decorrentes da implantação da educação integral sem ampliação do quadro de funcionários e sem adequações estruturais nas escolas; a insuficiência das condições atuais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva; o aumento expressivo do número de profissionais contratados temporariamente e a ausência de novos concursos públicos; a superlotação das salas de aula e as condições precárias de trabalho que têm provocado o adoecimento de uma parcela significativa da categoria.

No dia 5 de maio, a prefeitura encaminhou à Câmara Municipal sua proposta de reajuste salarial para os servidores públicos. O texto foi protocolado como Projeto de Lei nº 354/26 e aprovado, no mesmo dia, em primeira votação, com 32 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção. Em 13 de maio, o projeto foi aprovado em segunda votação, encaminhado para sanção do prefeito e transformado na Lei nº 18.463/26.

Além de conceder um reajuste abaixo da inflação e parcela-

do em dois anos, a Lei nº 18.463/26 contém medidas prejudiciais à educação pública. Entre elas estão a possibilidade de transformação dos cargos de Professor de Educação Infantil (PEI) em cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (PEIF), medida que pode acelerar processos de privatização das creches e EMELs; a criação de uma etapa adicional no concurso público de ingresso, por meio de um curso de formação que pode funcionar como filtro ideológico; e a ampliação do limite máximo de contratos temporários para os cargos de Professor e Auxiliar Técnico de Educação (ATE), passando de 20% para 30%.

A prefeitura adotou uma postura intransigente durante as negociações. Além de judicializar a greve, publicou, em 13 de maio, o Comunicado SME nº 217, determinando que as faltas dos profissionais que participaram das paralisações fossem registradas no sistema até 15 de maio, data de fechamento da folha de pagamento. Apesar das tentativas de desmobilização, a greve prosseguiu até o dia 21 de maio, quando a COEDUC (Sinpeem, Sinesp e Sedin) apresentou, em assembleia, o protocolo para seu encerramento.

O protocolo prevê a manutenção do diálogo sobre valorização salarial, mas sem alterar o reajuste abaixo da inflação e parcelado já aprovado em lei. Também estabelece a continuidade do Grupo de Trabalho sobre saúde mental dos servidores e a elaboração de um programa de ressignificação do trabalho em readaptação, mas não revoga os dispositivos da Lei nº 18.221/24 que atingem os profissionais readaptados ou afastados por licença médica. Além disso, fixa prazos para a convocação dos aprovados nos concursos mais recentes e para a realização de novos certames, porém mantém a alteração do artigo 15 da Lei nº 17.437/20, promovida pela Lei nº 18.463/26, que aumenta o limite de contratações temporárias. Também permanece em vigor o artigo 9º da mesma lei, que possibilita a transformação do cargo de PEI em PEIF. Embora preveja debates sobre diversos temas relevantes, o protocolo não apresenta garantias concretas para a efetivação das mudanças reivindicadas pela categoria.

Diante dos resultados imediatos da greve, tem crescido a insatisfação da categoria com os sindicatos, que há anos assumiram um caráter burocratizado e, em muitos casos, atuam restringindo ou manipulando os espaços de decisão coletiva. O fortalecimento da mobilização exige mecanismos mais amplos de democracia sindi-

cal, independência política e organização permanente, para além das campanhas salariais e dos períodos de greve. Para isso, é fundamental a existência de verdadeiros espaços de debate, nos quais os trabalhadores possam discutir os rumos da luta, formular propostas e participar efetivamente das decisões da categoria. Nesse sentido, a abertura de subseções do sindicato em diferentes regiões pode contribuir para aproximar a organização sindical das bases, ampliando a participação e viabilizando a construção cotidiana da luta a partir dos locais de trabalho. Os sindicatos são instrumentos históricos e fundamentais da luta dos trabalhadores, sendo necessário disputar esses espaços e compreendê-los como parte do processo de formação política, de organização coletiva e de desenvolvimento da consciência de classe.

A situação da educação municipal se insere em um contexto mais amplo de aprofundamento das políticas econômicas neoliberais e de sucateamento dos serviços públicos, processo que busca justificar a privatização de áreas essenciais. Na rede municipal de ensino, diferentes frentes de privatização avançam por meio de concessões e PPPs, incluindo a construção e gestão dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), a administração de creches, a terceirização de setores do trabalho escolar e a proposta de implementação do modelo do Liceu Coração de Jesus em escolas de ensino fundamental. É necessária a construção de uma unidade de ação com outros setores do funcionalismo público que enfrentam as consequências do mesmo projeto político e econômico neoliberal, em âmbito municipal, estadual e federal.



Mobilização dos trabalhadores da educação na cidade de São Paulo (SP). Foto: Jornal O Futuro

Sindical

Oposições bancárias se reúnem em Brasília para discutir a campanha salarial de 2026

Representantes de setores do movimento sindical bancário de todo o Brasil que fazem oposição à CONTRAF/CUT se reúnem nos dias 4 e 5 de julho, no Centro Cultural de Brasília, para discutir os próximos passos da organização da categoria diante da campanha salarial de 2026. O objetivo é construir uma luta capaz de arrancar avanços reais nas condições de trabalho e de reprodução da vida da categoria.

O encontro irá preparar uma mobilização que enfrente os ataques sofridos pelos trabalhadores nos últimos anos, marcados por processos de reestruturação, redução de postos de trabalho, rebaixamento salarial e aumento da jornada, entendendo que as direções sindicais majoritárias não construíram uma resposta à altura dos desafios colocados.

Nas atividades, reuniões e

conversas realizadas com trabalhadores em diferentes bases, fica evidente uma crescente insatisfação com os rumos do movimento sindical e, ao mesmo tempo, uma disposição da categoria para voltar a se mobilizar e lutar por melhores condições de trabalho. A construção de uma minuta avançada é fundamental, mas não suficiente: sem organização e mobilização nos locais de trabalho, a negociação tende a ficar limitada aos interesses dos bancos.

É preciso superar um modelo sindical burocratizado e recolocar os bancários como protagonistas das decisões. A força da mobilização nas bases é o caminho para pressionar e arrastar as direções sindicais para a luta, construindo uma campanha capaz de arrancar conquistas concretas para os trabalhadores do ramo financeiro.

Sindical

Reforma Administrativa é o novo golpe aos servidores e serviços públicos

A PEC 38/2025, que tem previsão de tramitação logo após o período eleitoral, prevê o maior ataque já feito aos servidores e serviços públicos desde a consolidação do neoliberalismo

Por Eduardo Machado

Em meio a toda cautela de evitar assuntos impopulares em data próxima às eleições, Hugo Motta (Republicanos), planeja dar andamento ao Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025, que trata da Reforma Administrativa, para logo depois do pleito eleitoral que definirá os próximos mandatos do legislativo e executivo.

Tudo este cuidado se deve à impopularidade do tema, sobretudo sobre o eleitorado que trabalha no funcionalismo público. Hoje o país conta com aproximadamente 12 milhões de funcionários públicos, somando servidores municipais, estaduais e federais, correspondendo a cerca de 12,4% dos trabalhadores do país.

Apesar de parecer um número alto, trata-se de um número menor do que de países sul-americanos, como Argentina (19,31%), Uruguai (16,92%) e Chile (13,10%), sendo Argentina e Chile países atravessados por políticas neoliberais tão ou mais intensas quanto no Brasil. Até mesmo os Estados Unidos possui um quadro superior de servidores públicos, atingindo a marca de 13,56% do quadro de trabalhadores do país.

Dentro do senso comum produzido pelo aparato de difusão dos grandes conglomerados de comunicação, muito se fala sobre a baixa qualidade dos serviços públicos no Brasil, mas nunca se toca no fato de que uma política de austeridade fiscal que corrói os orçamentos do gasto primário (saúde, educação, segurança pública, seguridade social e demais serviços básicos) afeta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos e que esse contingenciamento influencia na possibilidade de contratação de profissionais para sanar as necessidades das mais diversas áreas.

Isso fica mais claro se comparar o percentual de funcionários públicos do Brasil com a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 23,48%). A França possui aproximadamente 20,28% de trabalhadores vinculados ao setor público, enquanto Dinamarca figura com 30,34% e Suécia 24,99%, sendo esses últimos, referências em qualidade de serviços públicos prestados à comunidade.

Apesar de esforços liberais para romancear a reforma, sempre sob o véu da “necessidade”, para “acabar com privilégios” e “encerrar desigualdades”, o que está por trás é uma maior precarização dos postos de trabalho e, por consequência, dos serviços públicos ofertados à população.

É evidente que existem, no funcionalismo público, distorções



Hugo Motta (Republicanos-PB). Foto: Douglas Gomes/CD Presidência

salariais incompatíveis com os interesses da maioria da população trabalhadora, especialmente em determinados cargos do Judiciário e entre militares de alta patente. No entanto, esses setores permanecem praticamente intocados pela reforma. O alvo escolhido são justamente as categorias que já convivem com salários frequentemente insuficientes para atender às exigências de suas funções e com condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

A seletividade da proposta revela seu verdadeiro caráter: não se trata de combater privilégios, mas de aprofundar o ataque aos servidores que garantem o funcionamento cotidiano dos serviços públicos. Professores, profissionais da saúde, assistentes sociais e diversos outros trabalhadores acumulam jornadas que ultrapassam o espaço formal de trabalho, levando para casa atividades indispensáveis ao desempenho de suas funções. No caso dos professores, por exemplo, o planejamento de aulas, a correção de avaliações e a preparação de materiais didáticos são frequentemente realizados fora do ambiente escolar e sem a devida remuneração. Ao preservar os altos salários do topo da estrutura estatal e concentrar os cortes sobre aqueles que já enfrentam sobrecarga e baixos vencimentos, a reforma evidencia seu caráter profundamente desigual e antipopular.

A reforma prevê a imposição de um limite para as despesas primárias de todos os entes federativos, vinculado à variação da receita primária ajustada. Na prática, isso significa que, caso a receita cresça abaixo da inflação acumulada nos últimos 12 meses, as despesas públicas só poderão ser ampliadas até o limite inflacionário. Se a receita apresentar crescimento real acima

da inflação, o aumento das despesas ficará condicionado às seguintes regras: em caso de déficit primário, o acréscimo autorizado corresponderá à inflação acrescida de 50% do crescimento real da receita; caso não haja déficit primário, poderá alcançar até 70% desse crescimento real. Em qualquer hipótese, o aumento das despesas estará limitado a 2,5% acima da inflação.

Ao incorporar esse mecanismo ao texto constitucional, a reforma confere caráter permanente à lógica de austeridade fiscal já estabelecida pela Lei Complementar nº 200/2023, que instituiu o chamado Arcabouço Fiscal do governo Lula. Dessa forma, transforma uma opção de política econômica em norma constitucional, restringindo a capacidade futura de ampliação dos investimentos públicos e de expansão dos serviços prestados à população.

Logo, se aprovada, a PEC 38/2025 limitará o quanto será aplicado pelos governos e terá força de impedir a destinação de recursos para reajustes salariais e preenchimento de vagas, caso tenha ultrapassado a quantidade determinada em lei. É precarização em saúde, educação, seguridade social e demais serviços públicos, que ficarão sobrecarregados e sem capacidade de escoar a demanda cada vez mais crescente.

Ainda em cumprimento às demandas fiscais das políticas neoliberais, a reforma prevê, no prazo de até 10 anos, a criação de uma tabela remuneratória única por ente federativo, tendo como diretrizes o salário-mínimo como um valor inicial e o teto remuneratório como valor final, com cada carreira enquadrada em diferentes níveis da tabela, conforme lei específica. Com o objetivo de não suspender o

sucateamento do servidor público, a tabela única remuneratória não poderia ser corrigida pela inflação, apenas por legislação específica, criando situações de arrocho salarial ao funcionalismo.

A alegada manutenção da estabilidade no serviço público não passa de uma manobra para mascarar mais um ataque aos trabalhadores. Ao atrelar a permanência no cargo a avaliações de desempenho, a PEC esvazia uma das mais importantes conquistas históricas do funcionalismo. A estabilidade existe justamente para proteger os servidores de perseguições políticas e econômicas, garantindo condições para que fiscalizem autoridades, combatam irregularidades e atuem em defesa do interesse público sem medo de represálias. Ao fragilizar essa proteção, a proposta cria mecanismos que ampliam o poder de governos e gestores sobre os trabalhadores, favorecendo a perseguição de servidores combativos e a submissão do serviço público aos interesses da burguesia e dos grupos econômicos que historicamente defendem sua privatização e sucateamento.

A PEC representa mais um ataque aos direitos históricos da classe trabalhadora. A proposta desmonta conquistas asseguradas após décadas de luta e incorporadas à Constituição Federal de 1988, como o adicional por tempo de serviço, a licença-prêmio e as progressões funcionais. Também enfraquece garantias relacionadas à insalubridade e à periculosidade ao adotar critérios genéricos de enquadramento, além de vedar direitos como o adicional de um terço de férias, os bônus por desempenho e as progressões baseadas exclusivamente no tempo de serviço, aprofundando o processo de precarização do serviço público.

Diante da precarização e do rebaixamento da qualidade dos postos de trabalho dos servidores previstos na proposta, fica evidente por que sua tramitação foi adiada para depois das eleições. Um ataque tão direto à classe trabalhadora certamente teria impacto nos resultados das urnas.

Não se pode esperar que a resposta seja dada por meio das eleições burguesas de 2026 e seus resultados eleitorais: é preciso pressionar as centrais sindicais por uma ampla agitação que combata e exponha os impactos da gestão burguesa neoliberal. Por isso, na atual conjuntura, não há espaço para darmos um passo atrás. O enfrentamento da Reforma Administrativa deve utilizar a única arma possível para a classe trabalhadora: sua própria organização.

Sindical

Garis e Coletores terceirizados deflagram greve no Espírito Santo

Por Victor Sampaio

Trabalhadores terceirizados da limpeza urbana deflagraram, no dia 22 de junho, uma greve nacional por melhores condições de trabalho e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.146/2020, que institui um piso salarial nacional de R\$ 3.036 para garis, margaridas e coletores, além de prever avanços como aposentadoria especial e redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais.

Segundo a categoria, a decisão de deflagrar a greve foi tomada após sucessivas tentativas frustradas de diálogo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que se recusou a receber os trabalhadores. O PL 4.146/2020 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2025, mas segue sem ser pautado por Alcolumbre, que também tem travado outras matérias de interesse da classe trabalhadora, como a PEC 221/2019, que propõe o fim da escala 6x1.

Mesmo sob efeito de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da

17ª Região (TRT-17), que determinou a manutenção de parte dos serviços essenciais — como 100% da coleta de lixo hospitalar; 50% da coleta de lixo úmido proveniente de residências, restaurantes, hotéis e estabelecimentos comerciais; e 50% dos serviços públicos de limpeza urbana, incluindo varrição e remoção de detritos em vias públicas —, a mobilização já conta com ampla adesão dos trabalhadores no Espírito Santo e atinge municípios como Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Anchieta, Linhares, Colatina, São Mateus e Aracruz.

A categoria já protagonizou importantes mobilizações neste ano. Em maio, trabalhadores realizaram um ato em frente à empresa Localix, em Vila Velha, denunciando perseguição política nas demissões de sindicalizados. Durante a manifestação, a sindicalista Evani dos Santos foi algemada e levada por agentes da Ronda Ostensiva Municipal (Romu), enquanto outros trabalhadores foram atingidos por balas de borracha.

Em abril, trabalhadoras ter-

ceirizadas da limpeza da empresa Soluções também foram alvo de repressão durante protesto em frente à Prefeitura de Vila Velha, sob gestão do prefeito Arnaldinho Borgo (PSDB), quando cobravam o pagamento de salários e tickets-alimentação atrasados. Na ocasião, a Guarda Municipal utilizou spray de pimenta e agrediu manifestantes. Os episódios recentes demonstram a força de organização da categoria, que segue mobilizada apesar do descaso de parlamentares e da repressão do aparato estatal, mas também escancaram os impactos profundamente negativos da terceirização do trabalho, ampliada em 2017 pelo governo Michel Temer (MDB) com a Lei da Terceirização e a Contrarreforma Trabalhista, e mantida pelo atual governo Lula-Alckmin, como a precarização das relações de trabalho, a ausência de direitos básicos e o enfraquecimento da capacidade de organização coletiva dos trabalhadores.

Nesse sentido, o programa do Partido Comunista Brasileiro Revo-

lucionário (PCBR) aponta para a raiz do problema ao defender o fim da terceirização e a incorporação desses trabalhadores em regime equiparado ao dos demais profissionais de cada ramo de atividade-fim. A luta pela aprovação do piso salarial nacional teve sua primeira grande demonstração de força no Espírito Santo durante a paralisação de 24 horas realizada anteriormente na Grande Vitória e em cidades do interior. Segundo a categoria, cerca de 1,1 milhão de trabalhadores da limpeza urbana participaram do movimento em todo o país.

Agora, os trabalhadores apostam em uma greve por tempo indeterminado, que deve se manter até que o PL 4.146/2020 seja aprovado. Como parte da mobilização, está convocada para esta terça-feira (23) uma passeata com concentração na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Serviços Similares do Estado do Espírito Santo (Sindilimpe-ES), com destino ao Palácio Anchieta, no Centro de Vitória.

Política

2 de Julho: A verdadeira Independência só se dará com a revolução socialista!

Enquanto o 7 de Setembro consagrou um príncipe como símbolo da emancipação nacional, foi a vitória conquistada pelo povo baiano em 2 de julho de 1823 que expulsou definitivamente as tropas portuguesas do país

Por Maíra Nery

Antes mesmo do amanhecer, milhares de pessoas ocupam as ruas de Salvador para acompanhar o cortejo do 2 de Julho. À frente da celebração não estão imperadores ou presidentes, mas o Caboclo e a Cabocla. Ao olhar para o cortejo que todos os anos percorre as ruas de Salvador, percebe-se que o Caboclo e a Cabocla representam mais do que personagens históricos, mas o protagonismo popular nas lutas da classe trabalhadora. Não por acaso, continuam sendo acompanhados por sindicatos, movimentos negros, organizações estudantis, movimentos de mulheres, coletivos indígenas e tantas outras expressões das lutas sociais contemporâneas.

A data preserva uma memória frequentemente apagada pela história oficial: a independência do Brasil não se concluiu às margens do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822. Ela foi resultado de uma guerra popular travada na Bahia e consolidada apenas em 2 de julho de 1823, quando as tropas portuguesas deixaram definitivamente Salvador.

Após a proclamação de Dom Pedro, os portugueses mantiveram o controle de importantes regiões do país, especialmente da Bahia. Diante disso, cidades do Recôncavo, como Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe, organizaram uma ampla resistência para expulsar as forças coloniais. Surgiu ali o Exército Libertador.

Ao contrário da imagem difundida pela historiografia tradicional, esse exército não era formado



PCBR e UJC no 2 de Julho em Salvador (BA), em 2025. Foto: Jornal O Futuro

apenas por oficiais e grandes proprietários. Trabalhadores, pequenos agricultores, pescadores, artesãos, negros livres, libertos, indígenas e até pessoas escravizadas participaram do esforço de guerra. Muitos combateram diretamente; outros garantiram alimentos, armas e comunicação entre as tropas.

Essa mobilização também contou com importante participação das mulheres. Maria Quitéria, que precisou se vestir como homem para ingressar no Exército, tornou-se um símbolo da resistência. Maria Felipa de Oliveira, mulher negra da Ilha de Itaparica, liderou ações contra as forças portuguesas. Joana Angélica, assassinada ao tentar impedir a invasão do Convento da Lapa, transformou-se em um dos primeiros mártires da luta pela independência.

A presença negra também foi decisiva: milhares de negros participaram da guerra acreditando que a

ruptura com Portugal poderia abrir caminho para sua emancipação. Contudo, a independência política não significou nem a emancipação para essa grande camada da população nem a transformação da sociedade: a escravidão permaneceu por mais 65 anos e o latifúndio foi preservado como base do poder político no Brasil.

Esses limites ajudam a explicar por que o protagonismo popular do 2 de Julho foi gradualmente substituído pela narrativa centrada em Dom Pedro I e no episódio do Ipiranga. A imagem de um príncipe proclamando a independência servia melhor aos interesses das classes dominantes do que a lembrança de uma guerra conduzida por trabalhadores, negros, mulheres e indígenas.

Mais de duzentos anos depois, o 2 de Julho continua atual. A população negra segue sendo a principal vítima da violência de Estado, povos indígenas e quilombolas ainda lutam

pela demarcação de seus territórios e milhões de trabalhadores enfrentam a precarização do trabalho e o aprofundamento de sua exploração.

Mais de duzentos anos depois, o maior legado do 2 de Julho talvez esteja justamente nessa lição histórica: a vitória sobre o colonialismo português demonstrou que nenhuma transformação profunda nasce da passividade ou da espera por concessões daqueles que concentram o poder. Celebrar a vitória do povo baiano não significa apenas recordar uma batalha vencida em 1823. Significa reconhecer que os direitos e as conquistas populares nunca foram fruto da benevolência das classes dominantes, mas resultado da organização coletiva daqueles que decidiram enfrentar a exploração e a opressão. Essa continuidade revela que o 2 de Julho não pertence apenas ao passado. Ele permanece vivo porque recorda uma verdade frequentemente esquecida: a história do Brasil nunca foi construída exclusivamente nos palácios, nos quartéis ou nos gabinetes. Ela também foi escrita nas ruas, nos quilombos, nos campos, nas fábricas, nas comunidades e em todos os lugares onde trabalhadores e povos oprimidos decidiram organizar-se para enfrentar as estruturas de dominação. O PCBR e a UJC participam anualmente do 2 de Julho e, neste 2026, estaremos presentes levando o programa do proletariado com uma agitação que demonstre a necessidade histórica da revolução socialista no Brasil.

Luta Ideológica

3 anos do Manifesto de 3 de Agosto

O resgate dos princípios da organização leninista, como o centralismo democrático, a centralização da propaganda partidária, a oposição em princípio a governos burgueses e a concepção da luta antiimperialista como a luta contra o capital em seu estágio monopolista são elementos fundantes da Reconstrução Revolucionária.

Em 3 de agosto de 2023, há três anos, era lançado o Manifesto em Defesa da Reconstrução Revolucionária do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que exprimia, naquele momento, a síntese ao qual os militantes marxistas-leninistas brasileiros chegaram acerca do desenvolvimento das contradições no movimento comunista internacional expressas no movimento comunista brasileiro e, particularmente, no PCB.

A Reconstrução Revolucionária não é um elemento linear ou isolado das contradições que o antecederam. Os anos 1980 e 1990 representaram um período não somente de retrocesso econômico, mas também ideológico para os Partidos Comunistas e para a classe trabalhadora em todo o mundo, com recuos estratégicos e táticos diversos. No Brasil, a partir do VIII Congresso do PCB em 1987, já se manifestavam tendências liquidacionistas de abandono da estratégia socialista e da construção do partido leninista. No IX Congresso, em 1991, as divergências tomam maiores contornos, com alas defendendo o abandono dos princípios políticos do marxismo-leninismo, de seus símbolos e a guinada para a defesa da democracia burguesa, abdicando, na prática, do horizonte da Revolução Socialista e desarmando o proletariado de seu instrumento de emancipação. A partir dessa cisão, é realizada a Conferência Nacional de Reorganização e convocado um X Congresso do PCB para 1993, que declara a Reconstrução Revolucionária do Partido sob o lema “Fomos, somos e seremos comunistas!”. Entretanto, foi apenas em 2005, no XIII Congresso, que o PCB rompeu com a estratégia democrático-nacional que orientou sua política durante grande parte de sua trajetória, passando a afirmar a Revolução Socialista como seu horizonte estratégico.

A crise capitalista, iniciada em 2008 e cujos efeitos ainda se arrastam, formou, por um lado, a ascensão rápida de figuras políticas da extrema-direita em diversos países, junto à tendência de aumento da exploração do proletariado em geral e cartilhas de austeridade dos Estados capitalistas e, por outro, uma pressão de diferenciação política dentro dos diversos setores da esquerda. As perspectivas pequeno-burguesas da defesa da democracia burguesa e das Frentes Amplas no combate ao avanço do fascismo, uma antiga polêmica no Movimento Comunista Internacional, retornam às discussões estratégicas e táticas centrais dentre os PCs. O início da guerra imperialista na Ucrânia, em 2022, reacende as discussões acerca da caracterização do imperialismo e, especialmente, acelera o processo de diferenciação dos



XVII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista, em Guararema (SP), realizado em 2024. Foto: Acervo Jornal O Futuro

PCs perante a polêmica do papel do proletariado frente à guerra. Há, entre as organizações operárias, aquelas que concedem apoio à sua própria burguesia nacional em uma guerra, quando trabalhadores são colocados para matar e morrer em nome do avanço da exploração capitalista, observando o *imperialismo como uma política externa agressiva de certas nações, não de outras*. E há aquelas que, resgatando a *concepção de imperialismo de Lenin como uma etapa de desenvolvimento do próprio capitalismo e o mundo multipolar como antessala da guerra generalizada*, compreendem que o avanço de uma ou outra potência na partilha do mundo não traz vitórias ao proletariado mundial e que, somente com a organização das amplas massas trabalhadoras sob liderança do proletariado para a derrubada do sistema capitalista, se leva o mundo a um novo estágio de desenvolvimento.

O resgate dos princípios da organização leninista, como o centralismo democrático, a centralização da propaganda partidária, a oposição em princípio a governos burgueses e a concepção da luta antiimperialista como a luta contra o capital em seu estágio monopolista são elementos fundantes da Reconstrução Revolucionária. O XVI Congresso do PCB, que ocorreu entre 2020-2021, já demonstrava contornos nítidos de diferenciação entre alas a partir destes princípios. A proposta de dar por superada a Reconstrução Revolu-

cionária do Partido foi derrotada neste Congresso, defendendo, ao contrário, seu *aprofundamento*; porém, nos períodos subsequentes, tanto a política eleitoral quanto à política internacional se viram submetidas à linha minoritária. O princípio da oposição dos Partidos Comunistas aos governos burgueses foi colocada em xeque por uma posição de “independência” em relação ao governo Lula-Alckimin. A Guerra da Ucrânia foi o ponto de agudização das contradições internas até aquele momento, onde o Congresso firmava, claramente, nossa política de independência de classe e a negação do multipolarismo como elemento positivo ao proletariado, subsidiando a avaliação desta guerra como um conflito *interimperialista* e demarcando claramente a posição dos comunistas. Diante de sucessivas violações às Resoluções, o Movimento em Defesa da Reconstrução Revolucionária do PCB lançou seu Manifesto com as bases para a organização de um XVII Congresso Extraordinário, que foi realizado no ano seguinte, em 2024.

O XVII Congresso aprovou, como linha majoritária, o aprofundamento da Reconstrução Revolucionária sob os princípios do Partido marxista-leninista e da hegemonia proletária, rumo à consolidação de um Partido nacional e nacionalizado, que unifique a militância sob um único Programa. A veiculação, de Norte à Sul do país, do Jornal O Futuro como dirigente

ideológico nacional da militância representa não somente a possibilidade de veicular notícias sob o ponto de vista proletário, mas especialmente a centralização da agitação e propaganda e a capacidade de utilizá-lo como instrumento de organização da classe trabalhadora em cada local de atuação.

A prioridade da *organização por locais de trabalho* e o avanço do trabalho sindical do Partido no último período representa, também, um marco essencial do Congresso. Rechaçando as inserções puramente espontâneas, movimentistas ou gelatinosas, temos como prioridade a inserção no seio do proletariado, buscando a intervenção organizada e ampla dos comunistas no movimento sindical e operário, estreitando os laços com o proletariado e, prioritariamente, com seus setores estratégicos.

O Manifesto marcou o momento de reoxigenação e disposição de parte da militância comunista brasileira para a Reconstrução Revolucionária e a organização do Partido marxista-leninista. Entretanto, levar a cabo e consolidar o significado histórico deste processo e elevá-lo a uma forma superior exige um amplo trabalho do movimento operário e suas forças auxiliares, organizando, dia-a-dia, a imprensa leninista e o partido revolucionário de vanguarda para a revolução socialista no Brasil. Este é o trabalho que cabe à militância do PCBR: a Reconstrução Revolucionária do Movimento Comunista no Brasil.

Juventude

Entre fábricas e fardas: a expansão das escolas cívico-militares em Maracanaú (CE)

Município da Região Metropolitana de Fortaleza concentra uma das maiores redes de escolas cívico-militares do país, consolidando um modelo que atende às necessidades do setor industrial da região

Por João Lucas

Maracanaú tornou-se um dos municípios com maior número de escolas cívico-militares do Brasil. Nos últimos anos, a prefeitura ampliou a adoção desse modelo educacional na rede municipal, transformando a cidade em uma das principais referências nacionais da política de militarização das escolas públicas.

A expansão tem sido apresentada pelo poder público como uma estratégia para “melhorar indicadores educacionais, reduzir conflitos no ambiente escolar e fortalecer a disciplina entre os estudantes”. O modelo impõe uma gestão escolar dividida entre militares e profissionais da educação, gerando arbitrariedades nas decisões de cunho pedagógico e prejudicando o princípio da gestão democrática das escolas, disposto no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O avanço das escolas cívico-militares no Ceará ocorre em um contexto de crescimento desse modelo em diferentes regiões do país. Defensores da proposta afirmam que ela contribui para melhorar o rendimento dos alunos e reduzir problemas de indisciplina. Entretanto, diversos dados e relatos apontam para o crescimento da repressão e da violência no ambiente escolar, mascarados pelos supostos melhores resultados acadêmicos.

Sobre o papel da educação

A expansão das escolas cívico-militares têm alimentado um debate nacional sobre os rumos da educação pública brasileira. Para seus defensores, o modelo representa uma resposta aos desafios enfrentados pelas escolas, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades sociais. A presença de uma estrutura disciplinar mais rígida supostamente seria um instrumento de garantia de melhores condições de ensino e aprendizagem.

A lógica que baseia o modelo é baseada na crença de que a disciplina forçada é fator determinante para o desempenho acadêmico. Na prática, são implementadas medidas ostensivas nas escolas que reprimem a liberdade de pensamento, a livre expressão dos estudantes, além de impedir seu desenvolvimento

pleno enquanto ser humano.

Ao substituir processos participativos por cargos de direção ocupados por militares nomeados, a proposta concentra poder, reduz a autonomia das escolas e enfraquece a participação de estudantes, professores e trabalhadores da educação nos rumos da comunidade escolar. Soma-se a isso a proibição dos grêmios estudantis, uma afronta direta à Lei nº 7.398/1985 e à histórica luta do movimento estudantil brasileiro. Ao atacar os instrumentos de organização coletiva dos estudantes, busca-se transformar a escola em um espaço de disciplina e obediência, restringindo a formação crítica e a capacidade de mobilização da juventude.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que desafios como a evasão escolar, as dificuldades de aprendizagem e as desigualdades educacionais estão fortemente relacionados às condições socioeconômicas dos estudantes, ao financiamento da educação e à infraestrutura das escolas.

A militarização das escolas tenta mascarar problemas estruturais, resultados do subfinanciamento da educação produzido pelo Arcabouço Fiscal e pelas políticas de austeridade, direcionando a causa da crise na educação para uma “falta de disciplina”.

A política de subfinanciamento da educação, e a militarização das escolas como consequência dessa onda de ataques feitos sistematicamente ao ensino público no Brasil, ofuscam um debate sobre o verdadeiro papel da educação. Na sociedade capitalista, dividida em classes, existem dois projetos que estão em constante embate: a escola burguesa e a escola popular.

O papel da escola na sociedade capitalista é de formar trabalhadores para ser explorada e produzir lucro para o bolso da burguesia. Dessa forma, um modelo de educação baseado na disciplina imposta, no subfinanciamento do ensino público e no asfixiamento da liberdade de crítica e de pensamento é fundamental para formar engrenagens para o funcionamento do sistema capitalista, que opera para enriquecer cada vez mais poucos e empobrecer muitos.

A classe trabalhadora, por sua vez, tem interesses completamente

opostos aos dos capitalistas. O formato de escola que existe dentro dessa sociedade, dominada pelo capital, não serve para os trabalhadores, que querem uma escola que consiga atender as necessidades de formação humana na sua completude, ou seja, que desenvolva não só o conhecimento acadêmico mas que dê bases para o desenvolvimento social, psicológico, artístico e todas as variadas formas de conhecimento. Esse modelo de escola, a escola popular, só pode existir com o mais amplo financiamento público que garanta estrutura e permanência, acesso a materiais didáticos, equipamentos de cultura e esporte nas escolas, etc.

Educação, disciplina e desigualdade

O crescimento das escolas cívico-militares em Maracanaú também levanta questões sobre o papel da educação pública em um município marcado por profundas desigualdades.

Maracanaú é o maior polo industrial do Ceará. O município possui mais de 93 indústrias ativas, com o setor representando cerca de 41% do Produto Interno Bruto (PIB) e ocupa a 4ª posição no ranking de exportações. Toda essa riqueza produzida pelas mãos dos trabalhadores do município contrasta com os indicadores sociais de violência e pobreza. Quem produz a riqueza são os operários, mas são os capitalistas que ficam com ela.

Para atender às demandas da burguesia industrial, produzir escolas que sejam verdadeiras fábricas de “soldados” para uma linha de produção, que não questionem e acatem as ordens calados é totalmente conveniente. A expansão das escolas cívico-militares em Maracanaú acompanha as necessidades do principal setor econômico do município, deixando claro como a educação no capitalismo está subordinada às necessidades da classe dos exploradores.

A importância da disciplina, nesse contexto, é fundamental. Não é de interesse formar trabalhadores que refletem criticamente sobre a situação de vulnerabilidade em que vivem e a contradição do volume de riqueza que produzem com suas próprias mãos e os salários de miséria que lhes são pagos.

A narrativa de que a gestão cí-

vico-militar das escolas produz melhores resultados cai por terra quando as situações de precariedade do ensino se mantêm. Quando questionada pelo Jornal O Futuro, a mãe de um estudante da Escola Cívico-Militar (ECIM) Coronel Aauto Bezerra, localizada no Conjunto Industrial (bairro de Maracanaú), sobre as mudanças trazidas pela conversão do modelo de gestão da escola, apontou que “os problemas continuaram (...) Quando chove a gente sempre tem que ir buscar mais cedo porque não tem recreio pras crianças, a escola sempre alaga”.

De maneira independente, os estudantes se organizam para enfrentar a militarização e os ataques à educação. Em Abril de 2026 ocorreu o 46º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), onde a luta contra a militarização das escolas foi ponto de consenso geral do movimento estudantil. A União da Juventude Comunista (UJC) apresentou em suas teses ao congresso a defesa de uma escola popular, defendendo que o papel da UBES é de direcionar a luta dos estudantes contra os interesses de classe da burguesia e construir um modelo de escola que esteja subordinado a emancipação humana, e não a reprodução da lógica do lucro.

A UJC aponta em suas teses que a militarização de escolas, no contexto nacional aliado a outras medidas como o Novo Ensino Médio e o próprio Arcabouço Fiscal, fazem parte de um conjunto de ações que compõem um único programa político da burguesia: o programa neoliberal. Ainda reforça que esse modelo de gestão escolar tem, como um de seus objetivos, impedir a organização estudantil por meio dos grêmios para lutar contra esse mesmo programa.

A expansão das escolas cívico-militares, em Maracanaú, portanto, não é uma resposta aos problemas da educação pública, mas uma expressão dos interesses da burguesia local em moldar a formação da juventude segundo os valores da disciplina, da obediência e da submissão à ordem estabelecida, em oposição a uma educação verdadeiramente voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

